Revista Competitividade e Sustentabilidade -ComSus
Journal of Competitiveness and Sustainability – ComSus

Recebido em: 26/01/2026. Aprovado em: 20/07/2026. Publicado em: 11/09/2026
Processo de Avaliação: *Double Blind Review* - SEER/OJS e-ISSN: 2359-5876
Doi: 10.48075/pe402y09
OPEN ACCESS

Educação financeira, planejamento financeiro pessoal e endividamento estrutural: uma abordagem crítica

Financial education, personal financial planning, and structural indebtedness: a critical approach

Plínio Alexandre dos Santos Caetano[1]

Resumo: A educação financeira é frequentemente apresentada como uma estratégia para fortalecer a autonomia dos indivíduos, estimular o planejamento financeiro e prevenir o endividamento. Entretanto, abordagens centradas exclusivamente na racionalidade individual tendem a desconsiderar fatores econômicos, sociais e institucionais que condicionam as decisões financeiras. Nesse contexto, este artigo analisa criticamente o balanço patrimonial pessoal como instrumento de planejamento financeiro, discutindo suas potencialidades e seus limites diante do endividamento estrutural. Metodologicamente, realizou-se uma revisão narrativa crítica da literatura sobre educação financeira, planejamento financeiro pessoal, contabilidade aplicada às finanças pessoais e estudos críticos do endividamento. Os resultados indicam que o balanço patrimonial pessoal constitui uma tecnologia educativo-contábil ambivalente: ao favorecer a organização e a compreensão da situação patrimonial, amplia a visibilização financeira; por outro lado, pode reforçar processos de responsabilização financeira, ao atribuir ao indivíduo dificuldades que também decorrem de condicionantes estruturais. Como contribuição teórica e analítica, o estudo propõe essas duas categorias como lentes interpretativas para compreender a ambivalência do instrumento, ampliando o debate sobre educação financeira crítica e oferecendo um modelo analítico para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Educação financeira; Planejamento financeiro pessoal; Endividamento das famílias; Políticas públicas; Moralidade econômica.

Cite as: (APA) Caetano, P. A. S. (2026). Educação financeira, planejamento financeiro pessoal e endividamento estrutural: uma abordagem crítica. *Revista Competitividade e Sustentabilidade*. *13 (1)*, 75 - 111.

Abstract: Financial education has been widely promoted as a strategy to strengthen individual autonomy, encourage personal financial planning, and prevent indebtedness. However, approaches centered exclusively on individual rationality tend to overlook the economic, social, and institutional factors that shape financial decision-making. Against this background, this article critically examines the personal balance sheet as a personal financial planning tool, discussing both its educational potential and its limitations in the context of structural household indebtedness. Methodologically, the study adopts a critical narrative literature review, drawing on national and international scholarship on financial education, personal financial planning, personal accounting, and critical approaches to indebtedness. The findings suggest that the personal balance sheet functions as an ambivalent educational-accounting technology. On the one hand, it enhances financial visibility by making individuals' financial conditions more understandable and supporting informed planning. On the other hand, it may reinforce financial responsibilities by shifting the burden of financial hardships onto individuals, while overlooking broader structural constraints. As its main theoretical contribution, the study proposes the analytical categories of financial visibility and financial responsibilities as complementary lenses for interpreting the dual role of the personal balance sheet, thereby advancing the debate on critical financial education and providing an analytical framework for future research.

Keywords: Financial education; Personal financial planning; Household indebtedness; Public policies; Economic morality.

[1] Instituto Federal de São Paulo - IFSP. Brasil. E-mail: pliniopasc@gmail.com

1 Introdução

O endividamento das famílias brasileiras constitui um fenômeno econômico e social de elevada complexidade, cujos efeitos vão além do comprometimento da renda e alcançam dimensões relacionadas ao bem-estar, à saúde mental, às relações familiares e às possibilidades de participação social. Sua persistência decorre da interação entre fatores como a instabilidade do trabalho, a inflação, o custo do crédito, a desigualdade de renda, a ampliação da oferta de produtos financeiros e os estímulos permanentes ao consumo. Desse modo, o endividamento não pode ser compreendido exclusivamente como resultado de decisões individuais inadequadas, uma vez que as condições concretas em que essas decisões são tomadas são profundamente desiguais (Gehlen et al., 2024; Leite Filho, 2024; Roza et al., 2024).

Nesse contexto, a educação financeira passou a ocupar posição central nas agendas públicas e educacionais, sendo frequentemente apresentada como estratégia para ampliar a capacidade de planejamento, prevenir o endividamento e promover maior autonomia econômica. Em âmbito internacional, sua institucionalização foi impulsionada pela atuação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e por iniciativas voltadas ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e comportamentos necessários à tomada de decisões financeiras mais conscientes (OCDE, 2005, 2011, 2017; Lusardi & Mitchell, 2014). No Brasil, esse processo ganhou maior organicidade com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira, em 2010, posteriormente reorganizada em 2020, o que consolidou a temática como objeto de políticas públicas e práticas educacionais (Brasil, 2010, 2020).

A constituição da educação financeira como política pública representou um avanço ao ampliar a visibilidade do tema, estimular a produção de materiais pedagógicos e reconhecer a necessidade de preparar os cidadãos para relações financeiras cada vez mais complexas. Entretanto, estudos críticos assinalam que parte dessas iniciativas se estrutura a partir de uma racionalidade centrada na responsabilidade individual, segundo a qual o equilíbrio financeiro dependeria fundamentalmente da capacidade de controlar gastos, formar reservas, planejar o futuro e selecionar adequadamente produtos financeiros (Cunha, 2020; Bufalo & Pinto, 2023). Embora tais competências possam contribuir para decisões mais informadas, sua apresentação como resposta principal ao endividamento tende a secundarizar os condicionantes macroeconômicos, institucionais e sociais que limitam as possibilidades efetivas de escolha.

Essa tensão entre a formação para a autonomia e a responsabilização individual também se manifesta nos instrumentos empregados nas práticas de planejamento financeiro pessoal. Planilhas de receitas e despesas, aplicativos de controle, indicadores de endividamento e

CC BY NC ND

modelos de organização patrimonial são frequentemente apresentados como recursos capazes de transformar informações dispersas em diagnósticos objetivos da situação financeira. Esses instrumentos podem favorecer a visualização de gastos, compromissos e recursos disponíveis, mas também incorporam pressupostos sobre racionalidade, disciplina, previsibilidade e autocontrole, convertendo determinadas formas de gestão do dinheiro em padrões desejáveis de comportamento (Leite, 2024; Santos & Mourad, 2024).

Entre esses instrumentos, o balanço patrimonial pessoal ocupa posição particularmente relevante por transpor para a vida econômica de indivíduos e famílias uma estrutura originalmente desenvolvida no campo da contabilidade organizacional. Por meio da classificação de ativos, passivos e patrimônio líquido, o balanço pessoal oferece uma representação sintética da posição patrimonial em determinado momento. Sua utilização pode contribuir para o reconhecimento dos recursos disponíveis, das obrigações assumidas e da riqueza líquida acumulada, conferindo materialidade às dimensões da vida financeira que, muitas vezes, permanecem desorganizadas ou pouco visíveis.

A escolha do balanço patrimonial pessoal como objeto privilegiado deste estudo decorre, contudo, não apenas de sua utilidade técnica, mas também de seu potencial analítico. Ao converter bens, direitos, dívidas e compromissos em categorias mensuráveis, o instrumento materializa uma racionalidade contábil no cotidiano. Diferentemente de uma simples planilha de fluxo de receitas e despesas, ele produz uma representação da posição econômica do sujeito, permitindo classificá-la como positiva ou negativa com base na relação entre patrimônio e obrigações. Por essa razão, o balanço patrimonial pessoal constitui um caso particularmente expressivo para examinar como ferramentas de educação financeira podem, simultaneamente, favorecer a compreensão da realidade econômica e instituir padrões normativos de avaliação do comportamento individual.

Apesar da ampliação das pesquisas sobre educação financeira, políticas públicas, letramento financeiro e endividamento familiar, a análise do balanço patrimonial pessoal como dispositivo educativo e moral permanece pouco explorada. A literatura tende a abordá-lo predominantemente sob uma perspectiva instrumental, destacando sua capacidade de organizar informações e apoiar decisões, ou a incluí-lo de forma secundária entre diversas ferramentas de planejamento financeiro. Em menor medida, discute-se como a transposição de uma lógica contábil societária para o cotidiano influencia a forma como os indivíduos interpretam seu patrimônio, suas dívidas e sua própria responsabilidade diante de dificuldades financeiras.

Essa lacuna torna-se especialmente relevante porque o balanço patrimonial pessoal oferece uma leitura essencialmente estática e patrimonial da vida econômica. Embora torne

visíveis os ativos e passivos existentes, o instrumento não representa integralmente fatores como a volatilidade da renda, o desemprego, o trabalho informal, o aumento do custo de vida, as responsabilidades de cuidado, as desigualdades territoriais ou o acesso assimétrico ao crédito. Desse modo, sua interpretação isolada pode sugerir que uma posição patrimonial desfavorável decorre fundamentalmente de insuficiência de planejamento ou disciplina, quando, em muitos casos, também reflete restrições estruturais que excedem o controle individual.

Diante dessa problemática, este artigo propõe compreender o balanço patrimonial pessoal como uma tecnologia educativo-contábil de visibilização e de responsabilização financeira. A noção de visibilização refere-se à capacidade de organizar e tornar inteligível a posição econômica de um indivíduo ou de uma família. A noção de responsabilização, por sua vez, remete aos efeitos normativos produzidos quando essa representação é interpretada como medida de competência, disciplina ou racionalidade financeira do sujeito. Essa formulação busca superar tanto a aceitação acrítica do instrumento quanto sua rejeição, reconhecendo que sua função educativa é ambivalente e depende das mediações pedagógicas e das condições sociais em que é empregado.

A questão que orienta o estudo pode, portanto, ser assim formulada: como o balanço patrimonial pessoal pode contribuir para o planejamento financeiro e, simultaneamente, reforçar processos de responsabilização individual diante de um fenômeno estrutural como o endividamento das famílias? A partir dessa questão, o objetivo geral consiste em analisar a educação financeira como estratégia de planejamento financeiro pessoal, problematizando o balanço patrimonial pessoal à luz das políticas públicas, do endividamento estrutural e das dimensões morais e educativas envolvidas.

Para alcançar esse objetivo, pretende-se: (i) contextualizar a institucionalização da educação financeira como política pública no Brasil; (ii) discutir o endividamento familiar como fenômeno condicionado por fatores econômicos, institucionais e sociais; (iii) examinar os fundamentos, as potencialidades e as limitações do balanço patrimonial pessoal como recurso de educação financeira; e (iv) propor uma interpretação do instrumento como tecnologia de visibilização e responsabilização financeira.

A contribuição teórica do artigo reside na articulação de campos frequentemente tratados separadamente: educação financeira, contabilidade pessoal, políticas públicas e sociologia econômica. Ao deslocar o balanço patrimonial pessoal da condição de ferramenta neutra para a de dispositivo educativo que produz formas específicas de interpretação da vida econômica, o estudo amplia a discussão sobre os efeitos formativos dos instrumentos de planejamento financeiro. A contribuição analítica consiste na proposição das dimensões de

visibilização e responsabilização como categorias complementares para examinar seu uso.

Do ponto de vista prático, a discussão pode subsidiar a elaboração de materiais, cursos e políticas de educação financeira que utilizem o balanço patrimonial pessoal de forma crítica e contextualizada. Isso implica apresentá-lo não como diagnóstico absoluto da competência financeira, mas como representação parcial, a ser articulada a informações sobre renda, fluxo de caixa, condições de trabalho, custo do crédito, proteção social e vulnerabilidades específicas. Nessa perspectiva, o instrumento preserva sua utilidade organizacional sem converter desigualdades estruturais em falhas morais individuais.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como pesquisa teórica, qualitativa e analítica, desenvolvida por meio de revisão narrativa crítica da literatura. A análise articula produções sobre educação financeira, endividamento, políticas públicas, planejamento pessoal e moralização do comportamento econômico, com o propósito de identificar convergências, tensões e limites nas abordagens existentes. A partir desse percurso, a seção seguinte discute os fundamentos teóricos que sustentam a compreensão crítica da educação financeira, do planejamento financeiro pessoal e do balanço patrimonial pessoal adotada neste estudo.

2 Fundamentação teórica

2.1 Educação financeira, políticas públicas e endividamento no Brasil

A educação financeira ganhou relevância crescente nas agendas públicas internacionais e brasileiras, em um contexto marcado pela ampliação do acesso ao crédito, pela diversificação dos produtos financeiros e pela transferência de decisões econômicas complexas para indivíduos e famílias. A necessidade de escolher entre diferentes modalidades de crédito, poupança, investimento, previdência e seguros passou a exigir conhecimentos que, historicamente, não eram integrados de forma sistemática à formação escolar ou familiar. Nesse cenário, a educação financeira foi apresentada como uma estratégia capaz de ampliar a autonomia decisória e reduzir a exposição dos cidadãos a riscos econômicos (OCDE, 2005; Lusardi & Mitchell, 2014).

Essa concepção parte do pressuposto de que o conhecimento financeiro influencia as decisões individuais. Para Lusardi e Mitchell (2014), limitações na compreensão de juros, inflação, diversificação e risco podem comprometer as escolhas relacionadas ao endividamento, à poupança e à preparação para a aposentadoria. Hung et al. (2009), entretanto, ressaltam que o letramento financeiro não se limita à posse de conhecimentos, pois também envolve habilidades, atitudes, confiança e comportamentos. Essa distinção é relevante porque impede que a educação financeira seja reduzida à mera transmissão de informações sobre produtos e

cálculos financeiros.

Embora essas abordagens reconheçam a importância das competências individuais, a relação entre conhecimento e comportamento financeiro não é linear, haja vista que as informações adequadas podem ampliar a capacidade de escolha, mas não eliminam restrições de renda, assimetrias de poder, situações emergenciais ou ofertas de crédito desfavoráveis. Desse modo, indivíduos com conhecimento financeiro podem permanecer endividados em razão de desemprego, adoecimento, redução da renda, inflação ou outras circunstâncias que excedem sua capacidade de planejamento. A educação financeira constitui, portanto, um recurso potencialmente relevante, mas não uma condição suficiente para assegurar estabilidade econômica.

A crise financeira internacional de 2008 fortaleceu a incorporação da educação financeira às políticas promovidas por organismos multilaterais, tanto que a expansão de produtos complexos, o aumento do endividamento e os impactos sistêmicos decorrentes de decisões tomadas no mercado de crédito contribuíram para que a educação financeira fosse associada à proteção do consumidor e à estabilidade econômica. A OCDE, então, passou a defender estratégias nacionais articuladas, permanentes e sujeitas a mecanismos de coordenação e avaliação, ampliando a educação financeira de iniciativas pontuais a uma área de intervenção pública (OCDE, 2011).

No Brasil, esse processo resultou na instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira pelo Decreto nº 7.397/2010, que buscou articular órgãos públicos, entidades reguladoras, instituições educacionais e organizações do mercado financeiro em ações destinadas a crianças, jovens e adultos (Brasil, 2010). Em 2020, o Decreto nº 10.393 reorganizou sua governança e instituiu o Fórum Brasileiro de Educação Financeira, mantendo o caráter interinstitucional da política (Brasil, 2020). Essa trajetória evidencia uma continuidade formal do reconhecimento estatal da educação financeira, embora acompanhada de mudanças na estrutura de coordenação e nos atores responsáveis por sua execução.

A institucionalização da ENEF representou um avanço ao conferir visibilidade pública ao tema e estimular a produção de materiais, programas e pesquisas. Lima e Brito (2024) reconhecem que a estratégia ampliou as iniciativas voltadas à conscientização sobre consumo, investimento e endividamento, mas apontam a necessidade de programas contínuos, acessíveis e integrados. Bufalo e Pinto (2023), por sua vez, identificam um alcance ainda limitado no ensino superior e uma atuação tímida das universidades na disseminação do letramento financeiro. As duas análises convergem quanto à importância da política, mas também evidenciam a distância entre sua institucionalização e sua efetiva capilaridade social.

A ampliação institucional, entretanto, não elimina as disputas em torno dos sentidos atribuídos à educação financeira. Cunha (2020) problematiza a presença simultânea de instituições públicas, organismos internacionais e agentes do mercado financeiro na formulação e na implementação da ENEF. Para a autora, essa configuração favorece a introdução de conteúdos e valores associados à inclusão financeira e à formação de sujeitos capazes de administrar, individualmente, riscos econômicos. A crítica não implica negar a necessidade de educação financeira, mas sim questionar quais concepções de cidadania, responsabilidade e bem-estar orientam sua implementação.

Essa tensão permite distinguir duas perspectivas que coexistem nas políticas de educação financeira. Uma primeira abordagem enfatiza conhecimentos, competências e comportamentos necessários para uma tomada de decisão mais informada. Uma segunda, de natureza crítica, examina como a centralidade atribuída às escolhas individuais pode deslocar a atenção das estruturas que produzem vulnerabilidade econômica. Enquanto a primeira perspectiva destaca o potencial protetivo da informação, a segunda alerta que a insuficiência de renda, a precariedade do trabalho e o custo do crédito não podem ser solucionados apenas por meio de mudanças comportamentais (Cunha, 2020; Santos & Mourad, 2024).

A educação financeira encontra, assim, um limite decisivo quando é apresentada como resposta predominante ao endividamento das famílias. O endividamento não constitui, em si mesmo, sinônimo de desorganização ou inadimplência, pois o crédito pode viabilizar o consumo, a moradia, a educação e o enfrentamento de emergências. O problema se manifesta quando as obrigações assumidas comprometem de forma persistente a renda, reduzem a capacidade de atender às necessidades básicas ou conduzem à inadimplência. Essa distinção é fundamental para evitar que toda dívida seja tratada como evidência de comportamento financeiramente inadequado.

As pesquisas recentes indicam que o endividamento brasileiro resulta da interação entre fatores individuais e estruturais. Leite Filho (2024), ao analisar indicadores macroeconômicos e o endividamento pessoal e familiar, identificou relações entre a evolução das dívidas e variáveis como a inflação, o desemprego, a renda, a concessão de crédito e o custo das operações financeiras. Os resultados relativizam explicações que atribuem o fenômeno predominantemente à ausência de conhecimento, ao demonstrar que o ambiente macroeconômico condiciona tanto a necessidade de recorrer ao crédito quanto a capacidade de pagamento posterior.

Gehlen et al. (2024) acrescentam uma dimensão territorial a esse debate ao examinar as relações entre educação financeira, renda e endividamento em diferentes estados brasileiros. As

autoras identificam disparidades regionais e relações entre escolaridade, renda per capita, inadimplência e iniciativas de educação financeira. Esses achados indicam que os efeitos das políticas não podem ser avaliados como se a população estivesse exposta às mesmas condições econômicas e educacionais. A capacidade de planejar, poupar ou liquidar dívidas varia conforme as oportunidades de trabalho, o nível de renda, o acesso a serviços e as características regionais.

A abordagem interdisciplinar de Roza et al. (2024) amplia ainda mais essa interpretação ao destacar que o endividamento é produzido e, por sua vez, produz fatores econômicos, sociais e psicológicos. Perda de renda, consumismo, oferta de crédito, vulnerabilidade emocional e ausência de planejamento podem atuar de forma conjunta. Dessa perspectiva, a educação financeira pode contribuir para a prevenção e a gestão das dívidas, mas seus efeitos dependem da articulação com a regulação do crédito, a proteção ao consumidor, as políticas de renda e os mecanismos de apoio às famílias endividadas.

Os estudos, portanto, não autorizam uma oposição simplista entre a educação financeira e os fatores estruturais. A existência de condicionantes econômicos não torna irrelevantes os conhecimentos e as práticas de planejamento; de modo semelhante, a utilidade desses conhecimentos não elimina a responsabilidade do Estado e das instituições financeiras. A questão central é evitar que um problema multidimensional seja convertido em uma deficiência exclusivamente individual. Uma política abrangente deve combinar formação financeira, transparência dos produtos, proteção contra práticas abusivas, acesso a condições justas de crédito e políticas de redução da vulnerabilidade social.

Sob essa perspectiva, é possível reconhecer avanços na trajetória brasileira sem concluir que houve evolução equivalente em termos de resultados sociais. A ENEF consolidou a educação financeira como tema de interesse público e ampliou sua inserção em iniciativas educacionais. Entretanto, permanecem lacunas quanto à continuidade dos programas, à formação dos educadores, ao alcance de públicos adultos, à participação das universidades e à avaliação dos impactos sobre comportamentos e condições de vida (Bufalo & Pinto, 2023; Lima & Brito, 2024). A persistência de elevados níveis de endividamento não prova, isoladamente, a ineficácia da política, mas demonstra que sua existência não é suficiente para modificar determinantes econômicos mais amplos.

Também é necessário distinguir o que uma política de educação financeira pode, legitimamente, oferecer. Ela pode ampliar a compreensão dos custos do crédito, apoiar a comparação entre alternativas, favorecer a organização de compromissos e estimular decisões mais bem refletidas. Não pode, contudo, produzir renda disponível onde ela é insuficiente,

neutralizar aumentos de preços, garantir estabilidade ocupacional ou impedir eventos inesperados. Quando esses limites não são explicitados, a promessa de autonomia financeira pode converter-se em responsabilização por resultados que dependem apenas parcialmente da conduta individual.

Essa responsabilização ganha força quando os materiais educativos transformam práticas como poupar, controlar despesas e acumular patrimônio em indicadores de competência pessoal. Leite (2024) demonstra que plataformas e conteúdos de educação financeira estimulam formas de automonitoramento baseadas em metas, indicadores e classificações de gastos. Esses recursos podem favorecer o conhecimento da própria situação, mas também associar desempenho financeiro a mérito, disciplina e autocontrole. A gestão financeira deixa, então, de ser apenas uma atividade instrumental e passa a participar da avaliação moral dos sujeitos.

Nesse ponto, as políticas públicas de educação financeira conectam-se diretamente aos instrumentos de planejamento financeiro pessoal. Planilhas, aplicativos, orçamentos e modelos patrimoniais não apenas organizam informações: eles selecionam o que deve ser observado, estabelecem categorias e orientam a interpretação da situação econômica. Por isso, sua análise exige considerar simultaneamente sua utilidade prática e os valores que incorporam. A ferramenta não determina automaticamente seus efeitos, mas a forma como é apresentada e utilizada pode favorecer tanto a autonomia quanto a culpabilização.

O balanço patrimonial pessoal constitui uma expressão particularmente significativa dessa ambivalência; uma vez que, ao registrar ativos, passivos e patrimônio líquido, ele torna visíveis recursos e obrigações e pode contribuir para decisões mais conscientes. Ao mesmo tempo, sua estrutura pode sugerir que a condição financeira do indivíduo se explica integralmente pelo que consegue acumular ou pelo que deve pagar, deixando em segundo plano os fluxos de renda, as contingências e as desigualdades que condicionam sua trajetória. Assim, a discussão sobre políticas públicas e endividamento leva à necessidade de analisar não apenas o conteúdo ensinado pela educação financeira, mas também os dispositivos por meio dos quais os sujeitos aprendem a interpretar e a julgar sua própria vida econômica.

Essa compreensão sustenta a distinção proposta neste artigo entre visibilização e responsabilização financeira. A primeira dimensão reconhece o potencial dos instrumentos para organizar informações e ampliar a inteligibilidade da situação econômica. A segunda examina os efeitos decorrentes da conversão dessa representação em medida de competência, racionalidade ou mérito individual. As duas dimensões não são mutuamente excludentes: coexistem nas práticas de planejamento financeiro e dependem das mediações pedagógicas,

políticas e sociais que orientam seu uso. A seção seguinte aprofunda essa tensão ao discutir a moralidade econômica e o lugar do balanço patrimonial pessoal na formação do sujeito financeiro.

2.2 Educação financeira, moralidade e planejamento financeiro pessoal

A educação financeira não se restringe à transmissão de conhecimentos sobre juros, crédito, poupança ou investimentos; ao orientar indivíduos sobre como administrar recursos, controlar despesas e planejar o futuro, ela também comunica valores acerca do que significa agir de maneira responsável, prudente e racional. Desse modo, práticas educativas voltadas às finanças pessoais participam da construção de julgamentos morais sobre consumo, dívida, patrimônio e autocontrole, estabelecendo parâmetros pelos quais os sujeitos passam a interpretar sua própria conduta econômica.

Essa dimensão normativa está presente tanto nas abordagens instrumentais quanto nas perspectivas críticas da educação financeira. Autores vinculados à tradição do letramento financeiro enfatizam que conhecimentos e competências podem elevar a qualidade das decisões e reduzir a exposição a escolhas prejudiciais (Hung et al., 2009; Lusardi & Mitchell, 2014). Contudo, a expectativa de que indivíduos informados necessariamente adotem comportamentos considerados adequados pode levar a uma associação direta entre o resultado financeiro e o mérito pessoal. Nessa lógica, o equilíbrio tende a ser interpretado como evidência de disciplina, enquanto o endividamento pode ser associado à imprevidência ou à incapacidade de planejar.

A literatura crítica problematiza justamente esse deslocamento: Cunha (2020) argumenta que a educação financeira, quando orientada por uma racionalidade centrada na adaptação dos indivíduos ao mercado, pode favorecer a internalização de responsabilidades antes atribuídas a instituições públicas, agentes financeiros e estruturas econômicas; Leite (2024), por sua vez, demonstra que materiais, aplicativos e plataformas de educação financeira difundem práticas de automonitoramento que articulam dados, metas e avaliações de desempenho. Em ambos os casos, a educação financeira aparece não apenas como formação de competências, mas também como um processo de produção de sujeitos responsáveis pela gestão permanente de si.

A ideia de "gestão de si" permite compreender por que os instrumentos de planejamento financeiro têm efeitos que vão além de sua função técnica. Ao registrar gastos, estabelecer metas, calcular o patrimônio ou acompanhar indicadores, o indivíduo não apenas organiza informações, mas também aprende a observar a própria vida por meio de categorias econômicas. Tais categorias orientam a percepção de prioridades, excessos, riscos e realizações,

CC BY NC ND

construindo uma relação específica com o dinheiro e o futuro.

Isso não significa que o planejamento financeiro seja necessariamente moralizante ou prejudicial; sua utilidade é amplamente reconhecida, sobretudo por favorecer a antecipação de compromissos, a comparação entre alternativas e a identificação de desequilíbrios. Autores como Cerbasi (2009) e Assaf Neto (2012) ressaltam que organizar receitas, despesas, bens e dívidas pode contribuir para a tomada de decisões mais conscientes. A questão central não está, portanto, na existência do planejamento, mas na forma como seus resultados são interpretados e nos limites atribuídos à capacidade individual de modificar a realidade econômica.

Uma perspectiva exclusivamente técnica tende a apresentar o planejamento financeiro como uma sequência racional de diagnóstico, definição de objetivos, controle e avaliação; esse modelo pressupõe a relativa previsibilidade da renda e a capacidade de escolha sobre despesas, poupança e investimento. Embora aplicável a determinadas situações, ele se mostra insuficiente diante de trajetórias marcadas por informalidade, desemprego, instabilidade salarial, cuidado de dependentes ou despesas emergenciais. Nesses contextos, a ausência de poupança ou o aumento das dívidas não pode ser explicado apenas pela falta de disciplina.

É nessa tensão que se situa a diferença entre planejamento como instrumento de organização e planejamento como padrão moral: no primeiro caso, ele oferece informações que podem apoiar decisões; já no segundo, converte-se em critério para classificar sujeitos como responsáveis ou irresponsáveis, racionais ou impulsivos, preparados ou incapazes. Quando essa passagem não é problematizada, a educação financeira pode transformar condições sociais desiguais em avaliações individualizadas de competência.

Santos e Mourad (2024) propõem ampliar essa discussão por meio do conceito de letramento financeiro crítico; nessa perspectiva, compreender finanças não significa apenas dominar cálculos ou conhecer produtos, mas também interpretar as relações sociais, políticas e econômicas que condicionam o uso do dinheiro. O sujeito financeiramente letrado seria capaz não apenas de controlar despesas, mas também de questionar taxas, contratos, práticas de mercado, desigualdades de acesso e formas de indução ao consumo.

Essa abordagem modifica o papel dos instrumentos de planejamento. Em vez de serem tratados como soluções universais, passam a ser compreendidos como representações parciais da realidade. Uma planilha, um orçamento ou um balanço podem tornar determinadas informações visíveis, mas não esgotam a complexidade da vida econômica. A educação financeira crítica exige, portanto, que o instrumento seja acompanhado por reflexão sobre aquilo que registra, aquilo que exclui e as interpretações que autoriza.

Entre os instrumentos utilizados no planejamento financeiro pessoal, o balanço

patrimonial ocupa uma posição particular. Inspirado na estrutura contábil aplicada às organizações, ele classifica bens, direitos e recursos como ativos; dívidas e obrigações como passivos; e apresenta o patrimônio líquido como a diferença entre esses grupos. Essa estrutura permite sintetizar a posição patrimonial de uma pessoa ou família em determinado momento e tornar visível o peso relativo das obrigações em relação aos recursos acumulados.

Sua principal potencialidade educativa está na capacidade de organizar informações que, frequentemente, permanecem fragmentadas. Ao reunir bens, aplicações, financiamentos, empréstimos e outras obrigações em uma única representação, o balanço pessoal favorece o reconhecimento da situação patrimonial e pode apoiar reflexões sobre a liquidez, o endividamento e a formação de patrimônio. Nessa dimensão, atua como uma tecnologia de visibilização financeira.

A noção de visibilização adotada neste artigo não se limita ao ato de registrar dados. Ela designa o processo pelo qual a situação financeira torna-se inteligível por meio de categorias específicas. O balanço não apenas mostra "o que se possui" e "o que se deve", mas também os organiza segundo uma lógica patrimonial. Essa capacidade pode promover o autoconhecimento e apoiar a tomada de decisões, especialmente quando o indivíduo desconhece a extensão de suas dívidas ou superestima o valor econômico de determinados bens.

Entretanto, toda forma de visibilização também é uma forma de seleção. O balanço patrimonial privilegia os estoques de ativos e passivos, mas não representa integralmente a dinâmica dos fluxos de renda e de despesas. Também não incorpora, de forma imediata, aspectos como a instabilidade ocupacional, as responsabilidades familiares, o acesso desigual a serviços, os riscos futuros ou as condições territoriais. Assim, a posição patrimonial apresentada pelo instrumento é real, mas incompleta.

Essa limitação torna-se relevante quando o balanço é utilizado para avaliar a qualidade do comportamento financeiro. Um patrimônio líquido negativo pode decorrer de decisões inadequadas, mas também de financiamento habitacional, baixa renda, crises de emprego, gastos com saúde ou necessidade de sustento familiar. Sem contextualização, o indicador corre o risco de transformar uma situação econômica complexa em um sinal de fracasso individual.

É nesse ponto que a tecnologia de visibilização pode converter-se em tecnologia de responsabilização. Ao oferecer uma representação sintética e aparentemente objetiva da posição financeira, o balanço pode sugerir que o resultado observado é consequência direta das escolhas do sujeito. A categorização contábil passa, então, a apoiar interpretações morais sobre disciplina, competência e autocontrole, sobretudo quando utilizada em materiais educativos que associam patrimônio positivo ao sucesso e dívidas à falta de planejamento.

A responsabilização financeira não deve ser confundida com a responsabilidade necessária à tomada de decisões: reconhecer que indivíduos possuem capacidade de escolha e devem avaliar compromissos não significa atribuir-lhes controle sobre todos os fatores que determinam sua condição econômica; tanto que a distinção é essencial: a responsabilidade refere-se à participação do sujeito nas decisões; a responsabilização, no sentido crítico aqui adotado, ocorre quando problemas multidimensionais são explicados predominantemente por sua conduta individual.

Leite (2024) contribui para essa interpretação ao mostrar como dispositivos digitais de controle financeiro estimulam autovigilância, metas e comparações de desempenho. Embora o balanço patrimonial pessoal não dependa necessariamente de plataformas digitais, compartilha essa racionalidade ao converter a trajetória econômica em categorias mensuráveis e avaliáveis. A diferença é que o balanço não monitora apenas hábitos de consumo, mas também sintetiza a posição econômica do indivíduo, o que amplia seu potencial classificatório.

A análise crítica do balanço patrimonial pessoal não implica rejeitar sua utilização. Ao contrário, permite estabelecer condições pedagógicas para um uso mais adequado. O instrumento pode contribuir para a educação financeira quando apresentado como diagnóstico parcial, articulado ao orçamento, ao fluxo de caixa, às condições de renda e ao contexto social. Também pode favorecer discussões sobre liquidez, patrimônio, custo do crédito e riscos, desde que seus resultados não sejam tratados como uma medida absoluta de competência financeira.

Nesse sentido, a mediação pedagógica é decisiva. Uma abordagem instrumental pode limitar-se a ensinar a classificar ativos e passivos e a calcular o patrimônio líquido. Uma abordagem crítica deve incluir perguntas sobre a origem das dívidas, a qualidade dos ativos, a estabilidade dos rendimentos, as condições do crédito e as restrições enfrentadas pela família. O balanço deixa, assim, de funcionar como sentença sobre a vida financeira e passa a constituir um ponto de partida para uma interpretação contextualizada.

Essa distinção também permite compreender a ambivalência da educação financeira. Ela pode fortalecer a autonomia ao ampliar a compreensão de contratos, dívidas e patrimônio, mas também pode reforçar desigualdades quando transforma restrições estruturais em falhas comportamentais. O mesmo instrumento pode produzir efeitos distintos conforme o conteúdo, o público e a forma de utilização. Não há, portanto, neutralidade técnica, nem determinação automática de seus efeitos.

A articulação entre moralidade e planejamento financeiro conduz, assim, às duas categorias analíticas centrais deste estudo. A visibilização financeira corresponde à capacidade dos instrumentos de organizar informações e tornar compreensível a situação econômica. A

CC BY NC ND

responsabilização financeira refere-se ao processo pelo qual essa representação passa a sustentar julgamentos individualizados sobre competência, disciplina e mérito, desconsiderando, total ou parcialmente, os condicionantes estruturais.

Essas dimensões coexistem no balanço patrimonial pessoal. Sua utilidade educativa decorre justamente da capacidade de revelar ativos, passivos e patrimônio; seu risco normativo surge quando essa revelação é tratada como explicação completa da condição econômica. A análise do instrumento exige, portanto, uma abordagem que reconheça simultaneamente potencialidades e limites, evitando tanto a celebração acrítica quanto a rejeição absoluta da racionalidade contábil.

Com base nessa formulação, o balanço patrimonial pessoal será compreendido neste artigo como uma tecnologia educativo-contábil cuja utilização pode promover autoconhecimento e organização, bem como a moralização e a individualização das responsabilidades. Essa interpretação oferece uma ponte entre a literatura sobre educação financeira, a sociologia econômica e a contabilidade pessoal, e orienta as categorias empregadas na análise subsequente.

A discussão desenvolvida ao longo desta fundamentação evidencia que o balanço patrimonial pessoal não pode ser compreendido apenas como um instrumento técnico de organização patrimonial. Inserido no contexto das políticas de educação financeira, ele participa da construção de formas específicas de compreender a realidade econômica, o que justifica a necessidade de uma análise que considere simultaneamente seu potencial de visibilização financeira e seus possíveis efeitos de responsabilização individual. É a partir desse referencial que se desenvolve a análise apresentada na Seção 4 deste artigo.

3 Procedimentos metodológicos

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa teórica, de natureza qualitativa, com objetivos exploratórios e analíticos. Seu propósito foi examinar criticamente a educação financeira como estratégia de planejamento financeiro pessoal, tendo o balanço patrimonial pessoal como objeto privilegiado de análise. A escolha desse delineamento decorre da necessidade de articular contribuições provenientes de campos distintos — educação financeira, políticas públicas, contabilidade pessoal, endividamento familiar e sociologia econômica — e de interpretar os pressupostos normativos associados ao uso de instrumentos de organização financeira (Creswell & Poth, 2018; Gil, 2019).

Como procedimento técnico, adotou-se uma revisão narrativa crítica da literatura. Essa modalidade de revisão é adequada quando o objetivo não consiste em mensurar a produção

científica ou sintetizar estatisticamente resultados homogêneos, mas reconstruir debates, comparar perspectivas teóricas e formular interpretações a partir de um campo interdisciplinar. Diferentemente de uma revisão sistemática, a revisão narrativa não pretende esgotar todas as publicações disponíveis; exige, contudo, explicitação dos critérios de busca, seleção e análise, de modo a conferir transparência e coerência ao percurso investigativo.

A constituição do *corpus* ocorreu em duas etapas complementares: na primeira, foram recuperadas obras clássicas utilizadas no estudo original que deu origem ao artigo, especialmente aquelas relacionadas ao planejamento financeiro, à organização patrimonial e à educação financeira. Essas referências foram mantidas quando apresentavam conceitos necessários à compreensão histórica e técnica do objeto. Na segunda etapa, foram incorporadas produções contemporâneas destinadas a atualizar e problematizar esse referencial, com ênfase nas políticas públicas de educação financeira, no endividamento das famílias, na moralização das condutas econômicas e nos limites da responsabilização individual.

A busca bibliográfica foi orientada pelos seguintes conjuntos de descritores, utilizados isoladamente e em combinações: "educação financeira", "letramento financeiro", "planejamento financeiro pessoal", "balanço patrimonial pessoal", "contabilidade pessoal", "endividamento familiar", "inadimplência", "Estratégia Nacional de Educação Financeira", "*financial education*", "*financial literacy*", "*personal financial planning*", "*personal balance sheet*" e "*household debt*". Os termos foram selecionados a partir do problema de pesquisa e dos quatro eixos que estruturam o artigo: políticas públicas, endividamento estrutural, planejamento financeiro pessoal e dimensões morais da educação financeira.

As buscas foram realizadas em bases e ferramentas de ampla cobertura nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Educação, incluindo o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a *Scientific Electronic Library Online*, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e o Google Acadêmico. Também foram consultados documentos oficiais e publicações institucionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da legislação federal e de órgãos responsáveis pela política brasileira de educação financeira. A última atualização da busca foi realizada em julho de 2026**.**

Foram priorizadas publicações editadas a partir de 2010, ano de instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil. Esse recorte temporal foi adotado porque marca a consolidação da educação financeira como política pública nacional. Destarte, cabe salientar que alguns trabalhos anteriores foram incluídos quando apresentavam conceitos seminais ou necessários à compreensão da trajetória do campo, como definições de letramento financeiro,

fundamentos do planejamento pessoal e modelos de organização patrimonial.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: a) artigos científicos, livros, capítulos, teses, dissertações e documentos institucionais relacionados diretamente ao objeto do estudo; b) publicações em português ou inglês; c) trabalhos que discutissem educação financeira, planejamento pessoal, endividamento familiar, políticas públicas ou moralidade econômica; d) estudos que permitissem analisar potencialidades, limites ou efeitos educativos de instrumentos financeiros; e e) textos com informações suficientes para identificação da autoria, origem e percurso argumentativo.

Foram desconsiderados quaisquer publicações duplicadas, textos estritamente promocionais, materiais sem identificação de autoria ou origem institucional e estudos cuja abordagem se limitasse à recomendação de produtos financeiros sem relação com o problema investigado. Também não foram priorizados trabalhos exclusivamente técnicos sobre demonstrações contábeis empresariais, salvo quando seus conceitos fossem necessários à caracterização do balanço patrimonial pessoal. Esse critério buscou evitar que a discussão fosse deslocada para a contabilidade societária em sentido estrito.

A seleção das obras ocorreu de maneira intencional e orientada pela pertinência teórica, e não por representatividade estatística. Inicialmente, títulos, resumos e palavras-chave foram examinados para verificar a aderência ao problema de pesquisa. Em seguida, os textos potencialmente relevantes foram lidos integralmente ou em suas seções centrais. A permanência no corpus dependeu de sua capacidade de contribuir para ao menos uma das seguintes dimensões: trajetória das políticas públicas, determinantes do endividamento, concepções de educação financeira, planejamento financeiro pessoal, moralização econômica ou utilização de instrumentos patrimoniais.

O *corpus* foi composto de forma interdisciplinar: estudos de orientação econômico-financeira foram mobilizados para discutir conhecimentos, comportamentos e tomada de decisão; pesquisas de políticas públicas foram utilizadas para reconstruir a institucionalização da educação financeira; estudos sobre endividamento contribuíram para identificar condicionantes macroeconômicos, sociais e territoriais; e trabalhos de perspectiva sociológica e educacional permitiram examinar processos de moralização, responsabilização e formação de subjetividades. Essa composição buscou evitar que o fenômeno fosse interpretado exclusivamente por uma única matriz disciplinar.

A análise foi realizada por meio de leitura temática e interpretativa, inspirada nos procedimentos da análise de conteúdo (Bardin, 2016) e da pesquisa qualitativa (Minayo, 2017). O processo envolveu três movimentos: o primeiro consistiu na identificação dos argumentos

cc BY NC ND

centrais de cada obra; o segundo compreendeu a comparação entre convergências, divergências e lacunas nas abordagens examinadas; e o terceiro correspondeu à elaboração de uma interpretação própria sobre o balanço patrimonial pessoal como tecnologia educativo-contábil.

A leitura inicial produziu quatro núcleos temáticos: a) institucionalização da educação financeira e responsabilização individual; b) condicionantes estruturais do endividamento; c) moralização do planejamento financeiro; e d) potencialidades e limitações dos instrumentos de organização patrimonial. Esses núcleos orientaram a reorganização do referencial teórico e a construção da seção de análise.

A partir da articulação entre os núcleos temáticos, foram formuladas duas categorias analíticas complementares: visibilização financeira e responsabilização financeira. A primeira refere-se à capacidade de instrumentos como o balanço patrimonial pessoal organizarem informações e tornarem inteligível a posição econômica de indivíduos e famílias. A segunda designa o processo pelo qual essa representação pode ser convertida em parâmetro de julgamento da competência, disciplina ou racionalidade do sujeito, desconsiderando total ou parcialmente as condições estruturais que influenciam sua situação financeira.

Essas categorias não foram definidas previamente como hipóteses rígidas, mas construídas progressivamente durante a comparação da literatura. Sua função foi a de oferecer uma chave interpretativa para compreender a ambivalência do balanço patrimonial pessoal. O instrumento pode ampliar o autoconhecimento e apoiar decisões, mas também pode produzir leituras individualizadas e moralizantes quando utilizado sem contextualização econômica e social.

O balanço patrimonial pessoal foi, portanto, analisado não como técnica contábil a ser operacionalmente validada, mas como dispositivo educativo que seleciona, classifica e representa elementos da vida econômica. A análise considerou tanto aquilo que o instrumento torna visível — ativos, passivos e patrimônio líquido — quanto dimensões que sua estrutura tende a não representar diretamente, como volatilidade da renda, precariedade ocupacional, responsabilidades de cuidado, desigualdades territoriais e contingências pessoais.

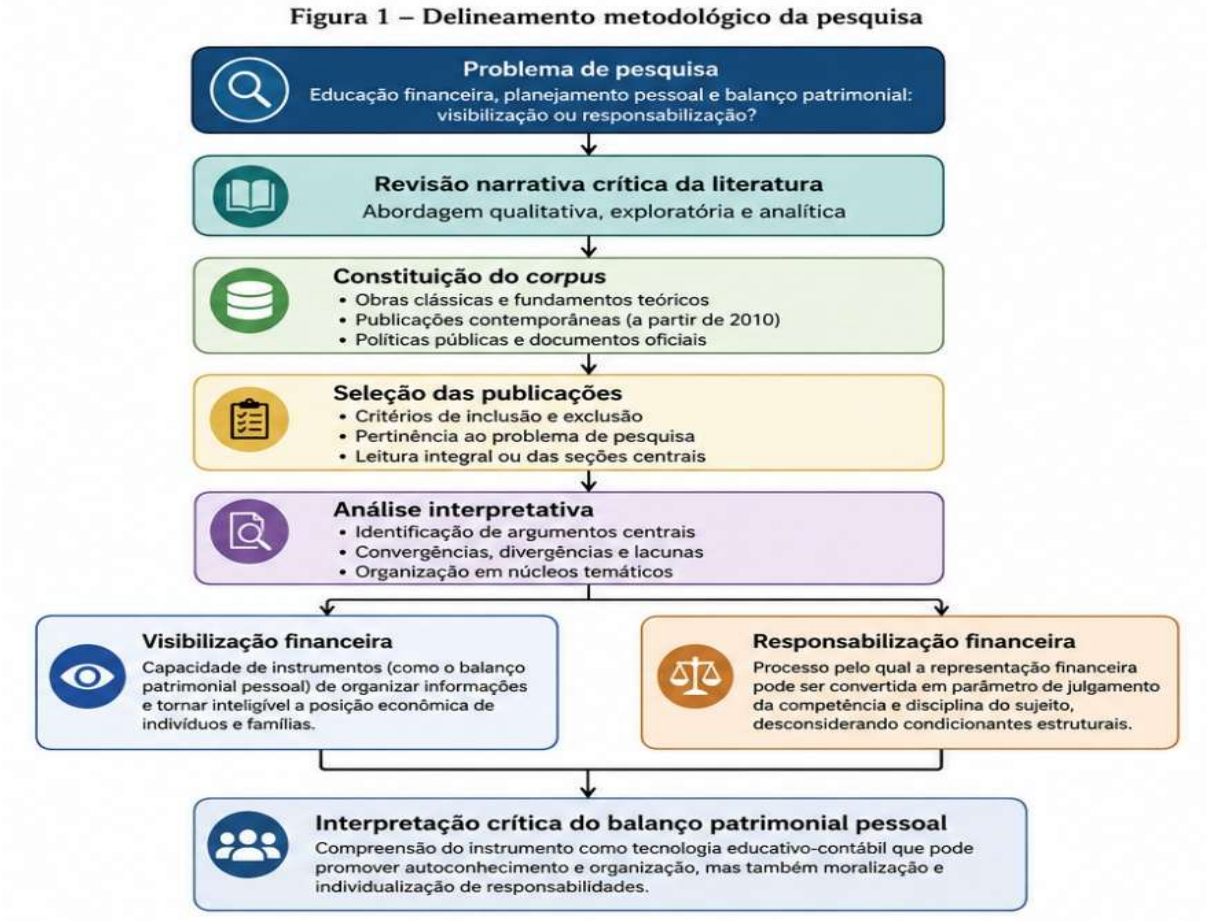
Por se tratar de pesquisa exclusivamente bibliográfica e documental, sem coleta de dados junto a pessoas ou utilização de informações pessoais identificáveis, não houve participação de sujeitos de pesquisa. O estudo, portanto, não demandou submissão a comitê de ética, observadas as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Entre as limitações metodológicas, reconhece-se que a revisão narrativa envolve escolhas interpretativas e não assegura a cobertura exaustiva da literatura. A heterogeneidade dos campos mobilizados também dificulta a comparação direta entre estudos com objetivos e

métodos distintos. Além disso, as categorias propostas possuem natureza teórico-interpretativa e ainda demandam aplicação e avaliação em pesquisas empíricas. Essas limitações não anulam a contribuição do estudo, mas delimitam o alcance de suas conclusões e fundamentam a agenda de investigações futuras.

Como síntese dos procedimentos metodológicos adotados neste estudo, apresenta-se, na Figura 1, o resumo do delineamento metodológico que orientou a construção do *corpus*, a análise da literatura e a formulação das categorias analíticas empregadas na interpretação do balanço patrimonial pessoal.

Figura 1 – Delineamento metodológico da pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2026).

4 Análise crítica do balanço patrimonial pessoal

4.1 O balanço patrimonial pessoal como instrumento de visibilização financeira

O balanço patrimonial pessoal pode ser compreendido como um instrumento capaz de ampliar a inteligibilidade da situação econômica de indivíduos e famílias. Ao reunir ativos, passivos e patrimônio líquido em uma representação sintética, ele organiza informações que, no cotidiano, tendem a permanecer dispersas entre contas bancárias, investimentos, bens,

financiamentos, empréstimos e outras obrigações. Sua contribuição inicial reside, portanto, na possibilidade de transformar dados fragmentados em uma leitura estruturada da posição patrimonial.

As abordagens tradicionais do planejamento financeiro convergem quanto à importância dessa sistematização: Assaf Neto (2012) destaca que a organização das informações econômico-financeiras constitui condição relevante para a realização de diagnósticos e para a tomada de decisões; Cerbasi (2009), em perspectiva voltada às finanças pessoais, também enfatiza que o conhecimento da própria situação patrimonial favorece a definição de objetivos, o acompanhamento das dívidas e a formação de reservas. Embora partam de campos e níveis de análise distintos, ambos reconhecem que a qualidade das decisões depende, em alguma medida, da capacidade de identificar e relacionar recursos e obrigações.

Essa convergência aproxima-se das discussões sobre letramento financeiro, tanto que Hung et al. (2009) argumentam que o letramento financeiro não se reduz à posse de conhecimentos conceituais, pois envolve a capacidade de mobilizar informações em situações concretas. Lusardi e Mitchell (2014), por sua vez, associam o conhecimento financeiro à realização de escolhas mais consistentes sobre crédito, poupança, investimento e aposentadoria. Nessa perspectiva, conhecer a própria posição financeira constitui uma etapa importante para converter conhecimentos abstratos em decisões aplicadas à vida cotidiana.

O balanço patrimonial pessoal contribui para esse processo ao reunir, em determinada data, aquilo que o indivíduo ou a família possui e aquilo que deve. Inspirado na estrutura contábil, o instrumento registra como ativos os bens, direitos e recursos economicamente mensuráveis; como passivos, as dívidas e obrigações; e como patrimônio líquido, a diferença entre os dois grupos. Essa representação não apenas resume valores, mas estabelece relações entre eles, permitindo observar o peso das obrigações em comparação com os recursos acumulados.

A partir desse diálogo, propõe-se compreender essa capacidade organizacional como um processo de visibilização financeira. A categoria designa o movimento pelo qual informações econômicas dispersas se tornam reconhecíveis e interpretáveis mediante sua seleção, classificação e articulação. Tornar visível, nesse sentido, não significa simplesmente registrar números, mas produzir uma representação que permita perceber características da posição patrimonial anteriormente pouco evidentes.

A análise dos ativos é um exemplo dessa função: ao discriminar disponibilidades, investimentos, imóveis, veículos e outros bens, o balanço permite identificar não apenas o valor total do patrimônio, mas também sua composição. Essa distinção é relevante porque os ativos

apresentam diferentes graus de liquidez, risco e capacidade de geração de renda. Um imóvel pode representar parcela significativa do patrimônio, mas não oferecer recursos imediatos para o pagamento de compromissos de curto prazo. Assim, o instrumento contribui para ultrapassar uma percepção meramente quantitativa do que se possui.

A mesma lógica aplica-se aos passivos, pois, quando observadas separadamente, parcelas de financiamento, empréstimos, saldos de cartão de crédito e outras obrigações podem aparentar impacto limitado. Quando reunidas, porém, podem revelar uma estrutura de endividamento mais ampla e persistente. Nesse aspecto, o balanço patrimonial complementa o controle orçamentário, pois evidencia a acumulação de obrigações que nem sempre é percebida pela observação isolada das despesas mensais.

Essa complementaridade entre orçamento e balanço é central para compreender a utilidade do instrumento. O orçamento pessoal apresenta predominantemente os fluxos de receitas e despesas durante determinado período. O balanço, por sua vez, registra estoques patrimoniais em um momento específico. Enquanto o primeiro permite observar como os recursos entram e são utilizados, o segundo mostra parte dos efeitos acumulados dessas decisões sobre ativos, passivos e patrimônio líquido.

Assaf Neto (2012) contribui para essa distinção ao demonstrar, no campo financeiro, que a análise da posição patrimonial não se confunde com a análise dos fluxos. Cerbasi (2009), em termos aplicados às finanças pessoais, ressalta igualmente que controlar gastos mensais não é suficiente para construir estabilidade financeira de longo prazo. A leitura combinada dessas contribuições indica que o equilíbrio entre receitas e despesas, embora necessário, não descreve integralmente a condição econômica de uma pessoa ou família.

Um indivíduo pode apresentar orçamento mensal equilibrado e, simultaneamente, manter um volume elevado de dívidas acumuladas. De maneira inversa, pode possuir patrimônio líquido positivo, mas enfrentar dificuldades de liquidez caso seus recursos estejam concentrados em bens de difícil conversão em dinheiro. O balanço permite tornar essas situações mais evidentes ao deslocar o foco do resultado mensal para a relação entre recursos e obrigações.

O patrimônio líquido exerce, nessa estrutura, uma função sintética. Seu valor indica se os ativos registrados superam os passivos ou se as obrigações excedem os recursos patrimoniais. Embora não constitua medida suficiente da saúde financeira, o indicador possibilita um diagnóstico inicial e favorece comparações ao longo do tempo. A elaboração periódica do balanço permite observar se o patrimônio está sendo ampliado, preservado ou reduzido.

Essa dimensão temporal reforça o potencial educativo do instrumento. Ao comparar

balanços elaborados em diferentes momentos, o indivíduo pode identificar os efeitos patrimoniais de decisões como aquisição de bens, contratação de crédito, amortização de dívidas, constituição de reservas ou realização de investimentos. O acompanhamento deixa de depender exclusivamente da memória ou de percepções subjetivas e passa a se apoiar em uma representação estruturada.

Lusardi e Mitchell (2014) sustentam que decisões financeiras mais consistentes dependem da compreensão de consequências futuras e da capacidade de avaliar alternativas. O balanço patrimonial pode colaborar com essa capacidade ao revelar que determinadas escolhas produzem efeitos para além do momento imediato. A contratação de um financiamento, por exemplo, pode ampliar simultaneamente os ativos e os passivos. O instrumento permite observar essa dupla consequência, evitando que a aquisição do bem seja interpretada apenas como aumento patrimonial.

Essa leitura também ajuda a diferenciar tipos de endividamento. Nem toda dívida produz os mesmos efeitos ou apresenta o mesmo grau de risco. Uma obrigação pode estar associada à aquisição de um ativo durável, ao enfrentamento de uma emergência ou ao financiamento de consumo de curta duração. O balanço não determina, isoladamente, se a dívida é adequada, mas torna possível relacioná-la aos recursos e bens correspondentes, oferecendo uma base mais consistente para sua avaliação.

Nesse sentido, a visibilização financeira produzida pelo balanço não equivale a uma resposta automática sobre o que deve ser feito. Sua função é diagnóstica e informacional. Ao tornar mais clara a composição patrimonial, o instrumento pode apoiar a definição de prioridades, como redução de passivos onerosos, formação de reservas líquidas, diversificação de ativos ou revisão de compromissos de longo prazo.

Hung et al. (2009) ajudam a compreender essa passagem da informação para a ação ao distinguirem conhecimento, habilidade e comportamento financeiro. A existência de uma representação patrimonial não garante, por si só, decisões mais adequadas. Entretanto, ela pode criar condições para que o sujeito reconheça problemas, compare alternativas e acompanhe resultados. O valor educativo do balanço reside, portanto, menos no preenchimento mecânico de categorias e mais na interpretação que se realiza a partir delas.

Essa compreensão aproxima-se das análises de Leite (2024) sobre os dispositivos de automonitoramento financeiro. Ao discutir plataformas e ferramentas que organizam metas, gastos e indicadores, a autora demonstra que esses instrumentos não apenas armazenam informações, mas orientam formas específicas de observar a própria vida econômica. O balanço patrimonial pessoal compartilha essa característica: ao selecionar determinados elementos e

organizá-los segundo categorias contábeis, ele influencia aquilo que o indivíduo passa a reconhecer como relevante em sua situação financeira.

A aproximação com Leite (2024), entretanto, também permite introduzir uma cautela. A visibilização nunca é neutra ou total, pois todo instrumento torna alguns elementos mais evidentes e outros menos perceptíveis. O balanço privilegia bens, direitos, obrigações e patrimônio líquido, mas não representa automaticamente a estabilidade da renda, as necessidades familiares, a precariedade ocupacional ou as contingências futuras. Sua capacidade de produzir conhecimento decorre justamente de uma simplificação analítica.

Essa parcialidade não invalida sua utilização. Ao contrário, delimita corretamente sua função. O balanço deve ser compreendido como uma representação específica da posição patrimonial, e não como descrição completa da vida econômica. Sua maior utilidade está em organizar dimensões que seriam difíceis de perceber de maneira fragmentada, desde que interpretadas em conjunto com informações sobre orçamento, fluxo de caixa, renda, liquidez e condições sociais.

Assim, a literatura de planejamento financeiro e letramento financeiro sustenta o reconhecimento do balanço como instrumento de organização, diagnóstico e apoio à tomada de decisão. Assaf Neto (2012) e Cerbasi (2009) convergem quanto à importância da sistematização patrimonial; Hung et al. (2009) e Lusardi e Mitchell (2014) permitem relacionar essa sistematização à formação de capacidades financeiras; e Leite (2024) amplia a análise ao demonstrar que os instrumentos também moldam formas de percepção e automonitoramento.

A contribuição interpretativa deste estudo consiste em reunir essas perspectivas por meio da categoria de visibilização financeira. O balanço patrimonial pessoal não apenas registra uma realidade previamente conhecida, mas participa de sua construção como objeto inteligível. Ao organizar ativos, passivos e patrimônio líquido, ele permite que indivíduos e famílias reconheçam relações, riscos e tendências que poderiam permanecer ocultos na dispersão das informações cotidianas.

Desse modo, o balanço patrimonial pessoal pode contribuir para o autoconhecimento financeiro e para a realização de escolhas mais fundamentadas. Seu potencial educativo, entretanto, depende do reconhecimento de que aquilo que se torna visível por meio do instrumento corresponde apenas a uma dimensão da realidade econômica. A próxima subseção examina precisamente os limites dessa representação e os aspectos que a estrutura patrimonial tende a não captar.

4.2 Os limites do balanço patrimonial pessoal

A capacidade do balanço patrimonial pessoal de tornar a situação econômica mais inteligível não elimina suas limitações analíticas; tanto que, como toda representação, o instrumento resulta de escolhas sobre aquilo que será registrado, classificado e comparado. Em consequência, embora ofereça uma síntese consistente da posição patrimonial em determinado momento, não contempla integralmente a complexidade das condições econômicas que influenciam a vida financeira de indivíduos e famílias.

Essa limitação decorre, em primeiro lugar, da própria natureza do balanço patrimonial; o qual, inspirado na contabilidade financeira, foi concebido para representar estoques patrimoniais — ativos, passivos e patrimônio líquido — em uma data específica. Assaf Neto (2012) demonstra que esse tipo de demonstração descreve uma posição patrimonial estática, cuja interpretação depende de informações complementares relativas aos fluxos financeiros, à liquidez e ao desempenho econômico. Aplicado ao contexto das finanças pessoais, esse princípio permanece válido: conhecer a posição patrimonial não equivale a compreender integralmente a dinâmica financeira do indivíduo.

Cerbasi (2009) reconhece essa limitação ao defender que o planejamento financeiro pessoal exige a utilização conjunta de diferentes instrumentos, como orçamento, fluxo de caixa, definição de objetivos e acompanhamento patrimonial. O balanço constitui parte desse processo, mas não substitui o monitoramento da renda, das despesas recorrentes e da capacidade futura de geração de recursos. A leitura integrada dessas ferramentas evidencia que nenhuma delas, isoladamente, é suficiente para orientar decisões financeiras complexas.

Essa constatação aproxima-se das discussões desenvolvidas por Hung et al. (2009) sobre letramento financeiro; autores que argumentam que a qualidade das decisões depende da articulação entre conhecimentos, habilidades, atitudes e contexto. Assim, ainda que o balanço organize informações relevantes, sua existência não garante interpretações adequadas nem decisões mais eficientes. A informação constitui condição necessária para o planejamento, mas não suficiente para explicar ou modificar os resultados financeiros.

Lusardi e Mitchell (2014) também reconhecem que indivíduos tomam decisões em cenários marcados por incerteza, limitações cognitivas e restrições econômicas; embora defendam a importância da educação financeira, suas análises não sustentam que o conhecimento seja capaz de neutralizar integralmente fatores externos que afetam a situação patrimonial. A estabilidade financeira depende igualmente de renda, condições de crédito, oportunidades de investimento, eventos inesperados e mudanças no ambiente econômico.

Essa observação torna-se particularmente relevante quando se considera a realidade

brasileira. Conforme discutido anteriormente, estudos de Leite Filho (2024), Gehlen et al. (2024) e Roza et al. (2024) demonstram que o endividamento resulta da interação entre fatores macroeconômicos, sociais e individuais. Inflação, desemprego, precarização do trabalho, redução da renda, desigualdades regionais e eventos familiares influenciam diretamente a capacidade de formação de patrimônio e de pagamento das obrigações. Nenhuma dessas dimensões pode ser plenamente representada por uma fotografia patrimonial produzida em determinado momento.

Sob essa perspectiva, a principal limitação do balanço patrimonial pessoal não reside naquilo que apresenta, mas naquilo que necessariamente deixa de representar. O instrumento evidencia ativos, passivos e patrimônio líquido, porém não registra a estabilidade da renda, a previsibilidade dos fluxos financeiros, as responsabilidades de cuidado, a vulnerabilidade ocupacional, a exposição a riscos econômicos ou a disponibilidade efetiva de crédito. Tais elementos influenciam profundamente a condição financeira dos indivíduos, embora permaneçam fora da estrutura tradicional da demonstração patrimonial.

Essa seleção não constitui um defeito metodológico do instrumento, mas uma característica inerente a qualquer processo de representação. Como observa Leite (2024), tecnologias de monitoramento financeiro organizam determinadas informações e, ao fazê-lo, definem também aquilo que será percebido como relevante. A construção de indicadores implica, simultaneamente, produção de visibilidade e produção de invisibilidade. Em outras palavras, toda representação evidencia alguns aspectos da realidade enquanto simplifica ou oculta outros.

É precisamente nesse ponto que a categoria de visibilização financeira, proposta neste estudo, revela seus limites interpretativos. Se, por um lado, o balanço permite compreender relações patrimoniais que permaneceriam dispersas, por outro, sua própria lógica de classificação pode induzir à percepção de que a condição financeira se resume aos elementos que foram contabilizados. O patrimônio líquido passa a sintetizar uma realidade econômica muito mais ampla do que aquela efetivamente registrada.

Essa tendência torna-se ainda mais evidente quando o balanço é utilizado em processos educativos. A apresentação da posição patrimonial como indicador da "saúde financeira" pode sugerir que indivíduos com patrimônios positivos administram adequadamente seus recursos, enquanto patrimônios negativos seriam consequência de decisões inadequadas. Entretanto, essa conclusão não decorre necessariamente das informações produzidas pelo instrumento. Um patrimônio líquido negativo pode resultar da aquisição recente de um imóvel financiado, de despesas extraordinárias com saúde, da perda temporária de renda ou de outras circunstâncias

que extrapolam a esfera da decisão individual.

Nesse aspecto, Cunha (2020) oferece importante contribuição ao problematizar a centralidade atribuída ao indivíduo nas políticas contemporâneas de educação financeira. Para a autora, quando a responsabilidade pela estabilidade econômica é deslocada predominantemente para os sujeitos, fatores estruturais tendem a perder visibilidade analítica. Essa crítica não nega a importância do planejamento financeiro, mas alerta para o risco de interpretar situações complexas exclusivamente a partir do comportamento individual.

A aproximação entre essa crítica e a análise do balanço patrimonial permite avançar na compreensão do instrumento. A representação patrimonial, em si mesma, não responsabiliza ninguém. Contudo, quando interpretada como descrição completa da realidade econômica, ela pode favorecer leituras que associam diretamente posição patrimonial e competência financeira. O problema, portanto, não reside na estrutura contábil do balanço, mas na ampliação indevida de seu alcance interpretativo.

Essa distinção possui implicações relevantes para a educação financeira. O potencial pedagógico do balanço depende justamente do reconhecimento de seus limites. Utilizado em conjunto com informações sobre orçamento, fluxo de caixa, renda, liquidez e contexto socioeconômico, o instrumento amplia a compreensão da situação financeira. Empregado isoladamente como indicador suficiente da condição econômica, tende a simplificar fenômenos que possuem natureza multidimensional.

Assim, a literatura analisada permite concluir que o balanço patrimonial pessoal constitui uma representação válida, porém necessariamente parcial, da realidade financeira. Sua principal contribuição está em organizar informações patrimoniais relevantes; sua principal limitação decorre da impossibilidade de representar, simultaneamente, a totalidade das condições econômicas que moldam a trajetória dos indivíduos. Reconhecer essa dupla característica não reduz sua utilidade. Ao contrário, delimita seu campo de aplicação e impede que uma ferramenta de planejamento seja convertida em explicação exclusiva da condição financeira.

Essa conclusão prepara o passo seguinte da análise. Se a representação patrimonial é frequentemente tomada como evidência da competência financeira dos indivíduos, torna-se necessário compreender como um instrumento originalmente destinado à organização das informações pode participar de processos de julgamento moral e de individualização das responsabilidades. É essa transição que fundamenta a discussão apresentada na subseção seguinte. O Quadro 1, sintetiza os alcances e limites analíticos do balanço patrimonial pessoal, assim como indica às implicações correspondentes para a educação financeira pessoal.

Quadro 1 – Alcances e limites analíticos do balanço patrimonial pessoal

Dimensão analisada	O que o balanço patrimonial pessoal torna visível	Limites da representação	Implicação para a educação financeira
Ativos	Bens, direitos, disponibilidades, investimentos e outros recursos economicamente mensuráveis	Não evidencia integralmente liquidez, risco, custos de manutenção, volatilidade ou capacidade futura de geração de renda	A análise deve ir além do valor nominal dos bens e considerar sua efetiva disponibilidade e função econômica
Passivos	Dívidas, financiamentos, empréstimos e demais obrigações assumidas	Não explica as causas do endividamento, as condições de contratação, os juros, a urgência da despesa ou o contexto em que a obrigação surgiu	As dívidas não devem ser avaliadas apenas por seu montante, mas também por sua origem, custo e impacto social
Patrimônio líquido	Diferença entre ativos e passivos, oferecendo uma síntese da posição patrimonial	Pode produzir uma leitura excessivamente simplificada da condição financeira e não representa, isoladamente, solvência, liquidez ou bem-estar	O patrimônio líquido deve ser interpretado como indicador parcial, e não como medida definitiva de competência financeira
Temporalidade	Situação patrimonial em uma data específica e possibilidade de comparação entre períodos	Apresenta uma fotografia estática e não capta, por si só, a dinâmica da renda, das despesas e dos fluxos financeiros	Deve ser utilizado em conjunto com orçamento, fluxo de caixa e acompanhamento periódico
Planejamento	Apoia a identificação de prioridades, riscos, composição patrimonial e evolução das obrigações	Não fornece respostas automáticas nem garante decisões adequadas	Seu potencial educativo depende de interpretação, mediação pedagógica e articulação com outros instrumentos
Contexto socioeconômico	Pode evidenciar os efeitos patrimoniais de determinadas decisões e acontecimentos	Não representa adequadamente desemprego, inflação, precarização do trabalho, desigualdades, responsabilidades familiares e eventos inesperados	A análise financeira deve incorporar condicionantes estruturais e evitar explicações exclusivamente individualizantes
Comportamento financeiro	Pode estimular automonitoramento, organização e reflexão sobre escolhas anteriores	Não permite inferir diretamente disciplina, racionalidade ou responsabilidade do indivíduo	A posição patrimonial não deve ser convertida automaticamente em julgamento sobre competência ou conduta pessoal

Fonte: Elaboração própria, com base em Assaf Neto (2012), Cerbasi (2009), Hung et al. (2009), Lusardi e Mitchell (2014), Cunha (2020), Leite (2024), Leite Filho (2024), Gehlen et al. (2024) e Roza et al. (2024).

Conforme sintetizado no Quadro 1, o balanço patrimonial pessoal oferece uma representação relevante da posição econômica, mas seu alcance permanece delimitado pelas categorias que o estruturam. O instrumento torna visíveis recursos, obrigações e resultados patrimoniais, sem incorporar integralmente os fluxos financeiros, as condições sociais e os fatores estruturais que atravessam as trajetórias dos indivíduos. Desse modo, sua utilização na educação financeira exige uma leitura contextualizada, capaz de preservar sua função

diagnóstica sem convertê-lo em medida absoluta de equilíbrio, competência ou responsabilidade financeira.

4.3 Do planejamento financeiro à responsabilização individual

A utilização do balanço patrimonial pessoal como instrumento de planejamento financeiro constitui, em si mesma, uma prática legítima de organização das informações econômicas. Conforme discutido na subseção anterior, sua elaboração favorece a identificação da composição patrimonial, da estrutura de endividamento e da evolução dos recursos acumulados ao longo do tempo. Entretanto, quando essa representação passa a ser interpretada como expressão suficiente da condição financeira dos indivíduos, ocorre um deslocamento analítico relevante: aquilo que inicialmente funciona como ferramenta de diagnóstico pode converter-se em parâmetro para avaliação da competência financeira dos sujeitos.

Esse deslocamento não decorre das características técnicas do balanço patrimonial, mas dos significados que lhe são socialmente atribuídos. Assaf Neto (2012) e Cerbasi (2009) apresentam o instrumento como apoio ao planejamento e à tomada de decisão, sem atribuir a ele capacidade de explicar, isoladamente, o sucesso ou o fracasso financeiro das pessoas. Nessas abordagens, o balanço integra um conjunto mais amplo de ferramentas destinadas à organização patrimonial. O problema emerge quando essa representação deixa de ser compreendida como instrumento e passa a ser tomada como evidência suficiente da qualidade das decisões individuais.

Essa interpretação aproxima-se das discussões desenvolvidas por Cunha (2020), ao analisar a expansão das políticas de educação financeira no contexto das transformações econômicas contemporâneas. A autora argumenta que tais políticas tendem a deslocar para os indivíduos a responsabilidade pela gestão dos riscos financeiros, antes compartilhada entre instituições públicas, sistemas de proteção social e mecanismos coletivos de seguridade. Nesse cenário, administrar adequadamente o orçamento, controlar despesas e acumular patrimônio deixam de ser apenas práticas de planejamento e passam a constituir expectativas sociais relacionadas à conduta considerada financeiramente responsável.

Em perspectiva semelhante, Leite (2024) demonstra que instrumentos de monitoramento financeiro não apenas organizam informações, mas também produzem formas específicas de autopercepção e de autogestão. Ao acompanhar indicadores, metas e resultados patrimoniais, os indivíduos passam a avaliar continuamente o próprio desempenho financeiro. Esse processo amplia as possibilidades de planejamento, mas também favorece a incorporação de parâmetros de sucesso baseados predominantemente em resultados mensuráveis.

A aproximação entre essas contribuições permite compreender que a responsabilização financeira não se reduz ao exercício da responsabilidade individual. Responsabilidade e responsabilização constituem categorias analiticamente distintas. A responsabilidade refere-se à capacidade do sujeito de planejar, refletir e tomar decisões sobre sua vida financeira. A responsabilização, por outro lado, ocorre quando os resultados econômicos passam a ser explicados prioritariamente pelas escolhas individuais, o que reduz a visibilidade de fatores estruturais que condicionam essas escolhas.

Essa distinção mostra-se particularmente relevante na análise do balanço patrimonial pessoal. Um patrimônio líquido reduzido ou negativo pode decorrer de múltiplas circunstâncias, incluindo desemprego, perda de renda, inflação persistente, eventos familiares inesperados, acesso desigual ao crédito ou investimentos realizados em horizontes de longo prazo. Entretanto, quando a leitura patrimonial é dissociada desses condicionantes, a posição econômica registrada no balanço tende a ser interpretada como consequência direta da competência ou da incompetência do indivíduo na gestão de seus recursos.

Esse movimento pode ser observado em parte da literatura e das práticas de educação financeira voltadas à difusão de comportamentos considerados financeiramente adequados. A valorização da disciplina, da poupança, do controle do consumo e da formação de patrimônio representa uma contribuição importante para o desenvolvimento do planejamento financeiro. Todavia, quando essas recomendações são apresentadas como respostas universalmente suficientes para situações de endividamento, corre-se o risco de transformar problemas multifatoriais em questões predominantemente comportamentais.

Nesse aspecto, os estudos de Leite Filho (2024), Gehlen et al. (2024) e Roza et al. (2024) oferecem um importante contraponto ao evidenciar que o endividamento das famílias brasileiras resulta da interação entre fatores econômicos, sociais e institucionais. Oscilações do mercado de trabalho, inflação, políticas de crédito, desigualdades de renda e eventos extraordinários influenciam significativamente a situação patrimonial das famílias. A centralidade exclusiva atribuída ao comportamento individual tende, portanto, a obscurecer a participação desses elementos na produção das condições financeiras observadas.

Sob essa perspectiva, propõe-se compreender a responsabilização financeira como um processo interpretativo pelo qual representações patrimoniais passam a fundamentar julgamentos sobre a capacidade dos indivíduos de gerir adequadamente suas finanças. Não se trata de afirmar que o balanço patrimonial produz, por si só, esse efeito, mas de reconhecer que sua utilização em determinados discursos educativos e gerenciais pode favorecer associações entre a posição patrimonial e o mérito individual.

Essa interpretação amplia a categoria de visibilização financeira desenvolvida na subseção anterior. Ao tornar mais facilmente observáveis os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, o balanço amplia o conhecimento sobre a situação econômica. Contudo, aquilo que se torna visível também passa a constituir referência para avaliações sociais. Em outras palavras, o mesmo processo que favorece o planejamento pode fornecer elementos para a construção de expectativas normativas acerca do comportamento financeiro considerado adequado.

Essa ambivalência aproxima-se das discussões contemporâneas sobre tecnologias de governo e dispositivos de autogestão, nas quais instrumentos técnicos deixam de desempenhar apenas funções operacionais e passam a participar da produção de racionalidades específicas. No caso do balanço patrimonial pessoal, a racionalidade predominante consiste na valorização da organização, da mensuração e do acompanhamento sistemático do patrimônio. Essas práticas possuem reconhecido potencial educativo, mas não são neutras quanto às formas pelas quais os sujeitos passam a interpretar a própria condição financeira.

Assim, a contribuição analítica deste estudo consiste em evidenciar que o balanço patrimonial pessoal ocupa uma posição intermediária entre dois processos distintos e complementares. De um lado, constitui uma tecnologia de visibilização financeira, ao organizar informações patrimoniais dispersas e favorecer decisões mais fundamentadas. De outro, quando interpretado de forma descontextualizada, pode contribuir para processos de responsabilização financeira, nos quais os resultados patrimoniais são convertidos em indicadores da competência individual, reduzindo a percepção dos condicionantes estruturais do endividamento e da formação de patrimônio.

Essa interpretação não diminui a relevância do planejamento financeiro nem questiona a utilidade do balanço patrimonial pessoal. Ao contrário, reforça a necessidade de que sua utilização em ações de educação financeira seja acompanhada de uma compreensão crítica dos fatores econômicos e sociais que influenciam a realidade dos indivíduos. Somente nessa articulação entre organização patrimonial e contextualização socioeconômica o instrumento pode cumprir plenamente sua função educativa, evitando que uma representação parcial da realidade seja tomada como explicação suficiente para as trajetórias financeiras.

4.4 Uma interpretação crítica do balanço patrimonial pessoal

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite compreender o balanço patrimonial pessoal para além de sua dimensão estritamente técnica. Embora tradicionalmente apresentado como instrumento de organização das finanças e de apoio ao planejamento financeiro, sua utilização também produz efeitos sobre a forma como indivíduos interpretam

sua própria condição econômica e como essa condição passa a ser socialmente compreendida. O balanço não apenas descreve uma realidade patrimonial; participa de sua construção enquanto objeto de conhecimento.

Essa constatação decorre da articulação entre as duas categorias analíticas propostas neste estudo. A primeira delas, denominada visibilização financeira, evidencia que o balanço patrimonial amplia a inteligibilidade da situação econômica ao organizar ativos, passivos e patrimônio líquido em uma representação estruturada. Ao reduzir a dispersão das informações financeiras, o instrumento favorece diagnósticos mais consistentes, amplia o autoconhecimento patrimonial e cria condições para o acompanhamento das consequências das decisões econômicas ao longo do tempo. Sob essa perspectiva, seu potencial educativo é amplamente reconhecido na literatura de planejamento financeiro e de educação financeira.

Entretanto, a própria capacidade de tornar determinadas dimensões da vida econômica mais visíveis acarreta uma consequência adicional. Ao organizar a realidade segundo categorias patrimoniais, o balanço inevitavelmente seleciona o que será observado e o que permanecerá parcialmente invisível. Aspectos como a estabilidade da renda, a vulnerabilidade ocupacional, as desigualdades sociais, os eventos inesperados, as responsabilidades familiares e as condições macroeconômicas influenciam diretamente a situação financeira dos indivíduos, mas não têm representação imediata na estrutura patrimonial. A visibilidade produzida pelo instrumento é, portanto, necessariamente parcial.

É justamente dessa parcialidade que emerge a segunda categoria analítica proposta: a responsabilização financeira. Quando a representação patrimonial é interpretada como descrição suficiente da condição econômica, a posição registrada no balanço pode passar a fundamentar avaliações sobre a competência financeira dos indivíduos. Nessa circunstância, a explicação de fenômenos complexos tende a deslocar-se da interação entre fatores estruturais e decisões individuais para uma leitura predominantemente centrada no comportamento dos sujeitos.

Importa destacar que essa responsabilização não decorre da estrutura técnica do balanço patrimonial, tampouco constitui consequência inevitável de sua utilização. O instrumento permanece uma representação válida e relevante da posição patrimonial. O que se problematiza é o uso descontextualizado dessa representação, especialmente quando ela passa a sustentar interpretações que atribuem exclusivamente ao indivíduo a origem de sua condição financeira, reduzindo a visibilidade dos condicionantes econômicos, sociais e institucionais que atravessam sua trajetória.

Essa interpretação permite superar uma oposição frequentemente presente nos debates

sobre educação financeira. De um lado, encontram-se abordagens que enfatizam a autonomia individual, o planejamento e o desenvolvimento de competências para a gestão das finanças pessoais. De outro lado, perspectivas críticas ressaltam que tais abordagens podem obscurecer desigualdades estruturais e deslocar responsabilidades coletivas para os indivíduos. A análise aqui desenvolvida indica que essas posições não precisam ser compreendidas como mutuamente excludentes. O reconhecimento da importância do planejamento financeiro não elimina a necessidade de considerar os condicionantes sociais do endividamento e da formação patrimonial.

Nessa perspectiva, o balanço patrimonial pessoal revela-se uma tecnologia educativo-contábil de caráter ambivalente. Sua principal contribuição consiste em tornar inteligível uma realidade econômica frequentemente percebida de forma fragmentada, favorecendo o planejamento, a definição de prioridades e a tomada de decisões mais fundamentadas. Simultaneamente, essa mesma capacidade de organização pode servir de base para interpretações que associem, de maneira excessivamente direta, posição patrimonial e mérito individual, caso os limites da representação não sejam explicitamente reconhecidos.

Essa compreensão amplia a própria concepção de educação financeira. Mais do que ensinar técnicas de controle de gastos ou organização patrimonial, processos educativos voltados às finanças pessoais podem favorecer o desenvolvimento de uma leitura crítica da realidade econômica. Isso implica reconhecer que ativos, passivos e patrimônio líquido representam dimensões relevantes da vida financeira, mas não esgotam os fatores que explicam as diferentes trajetórias patrimoniais observadas na sociedade.

Sob esse enfoque, o balanço patrimonial deixa de ser compreendido apenas como ferramenta de mensuração e passa a assumir também uma função pedagógica. Sua utilização pode estimular reflexão, planejamento e autonomia financeira, desde que acompanhada da contextualização necessária para evitar interpretações reducionistas. O valor educativo do instrumento reside menos na produção de indicadores patrimoniais do que na capacidade de promover análises que articulem decisões individuais e condicionantes estruturais.

A principal contribuição deste estudo consiste, portanto, em propor uma leitura integrada do balanço patrimonial pessoal com base nas categorias de visibilização e de responsabilização financeiras. Enquanto a primeira evidencia o potencial do instrumento para ampliar a compreensão da situação econômica, a segunda chama a atenção para os riscos de interpretar essa representação como explicação suficiente da realidade financeira dos indivíduos. Em conjunto, essas categorias oferecem uma perspectiva analítica capaz de aproximar as contribuições da contabilidade, da educação financeira e das ciências sociais,

ampliando as possibilidades de investigação sobre instrumentos de planejamento financeiro.

Assim, compreender criticamente o balanço patrimonial pessoal não significa reduzir sua importância nem questionar seu uso como ferramenta de planejamento. Significa reconhecer que toda representação financeira é, simultaneamente, um instrumento técnico e uma forma de produzir conhecimento sobre a realidade econômica. Quanto maior for a consciência sobre seus alcances e limites, maior será sua capacidade de contribuir para uma educação financeira comprometida não apenas com a organização das finanças pessoais, mas também com a compreensão das múltiplas dimensões que condicionam a vida econômica contemporânea.

A Figura 2 sintetiza o modelo analítico desenvolvido neste estudo, evidenciando a relação entre o potencial de visibilização financeira do balanço patrimonial pessoal, os limites de sua representação e os processos de responsabilização financeira que podem emergir quando sua interpretação ocorre de forma descontextualizada.

Figura 2 – Modelo analítico da interpretação crítica do balanço patrimonial pessoal

Fonte: Elaboração própria (2026), a partir da síntese das contribuições de Assaf Neto (2012), Cerbasi (2009), Hung et al. (2009), Lusardi e Mitchell (2014), Cunha (2020), Leite (2024), Leite Filho (2024), Gehlen et al. (2024) e Roza et al. (2024).

Desse modo, a interpretação proposta neste artigo permite compreender o balanço patrimonial pessoal não apenas como instrumento técnico de organização financeira, mas como tecnologia educativo-contábil cuja ambivalência decorre da coexistência entre processos de

visibilização financeira e potenciais efeitos de responsabilização individual.

5 Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar criticamente o balanço patrimonial pessoal como instrumento de educação financeira, discutindo suas potencialidades e seus limites à luz da literatura sobre planejamento financeiro, educação financeira e endividamento. Partindo de uma revisão narrativa crítica, buscou-se compreender de que maneira esse instrumento ultrapassa sua dimensão estritamente contábil e participa da construção de interpretações sobre a condição financeira dos indivíduos.

A análise desenvolvida permitiu responder ao problema de pesquisa ao evidenciar que o balanço patrimonial pessoal não pode ser compreendido apenas como um mecanismo de registro e organização das informações patrimoniais. Embora sua estrutura contribua significativamente para ampliar a compreensão da composição de ativos, passivos e patrimônio líquido, seu uso também afeta a forma como a realidade econômica é percebida e interpretada. Nesse sentido, o instrumento desempenha simultaneamente uma função técnica, voltada ao planejamento financeiro, e uma função interpretativa, relacionada à maneira como os sujeitos compreendem sua própria condição econômica.

A principal contribuição teórica deste estudo consiste na proposição de categorias analíticas de visibilização e de responsabilização financeiras, utilizadas para interpretar criticamente o balanço patrimonial pessoal. A primeira categoria evidencia que a organização sistemática das informações patrimoniais amplia a inteligibilidade da situação econômica, favorecendo o autoconhecimento financeiro e subsidiando os processos de planejamento e de tomada de decisão. A segunda demonstra que essa mesma representação, quando interpretada como descrição suficiente da realidade financeira, pode contribuir para processos de individualização das explicações sobre o sucesso, o fracasso e o endividamento, reduzindo a visibilidade de condicionantes econômicos, sociais e institucionais.

Essas categorias permitiram integrar contribuições oriundas da contabilidade, da educação financeira e das ciências sociais, oferecendo uma interpretação que ultrapassa leituras exclusivamente instrumentais do balanço patrimonial pessoal. Em vez de compreender o instrumento apenas como mecanismo de mensuração patrimonial, o estudo propõe reconhecê-lo como uma tecnologia educativo-contábil de caráter ambivalente, capaz de ampliar a compreensão da realidade financeira e, simultaneamente, de influenciar os referenciais utilizados para interpretá-la.

Essa interpretação não reduz a importância do planejamento financeiro nem questiona

a relevância da educação financeira para o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos. Ao contrário, reforça a necessidade de que os instrumentos patrimoniais sejam utilizados de forma contextualizada, articulando informações sobre ativos, passivos e patrimônio líquido às condições econômicas, sociais e institucionais que moldam as trajetórias financeiras. O reconhecimento dessa complexidade contribui para evitar interpretações simplistas que atribuam exclusivamente às escolhas individuais a responsabilidade pelos diferentes níveis de patrimônio ou de endividamento observados.

Do ponto de vista prático, os resultados sugerem que programas de educação financeira podem ampliar sua efetividade ao incorporar abordagens que conciliem o desenvolvimento de competências individuais de planejamento com a compreensão crítica dos fatores estruturais que condicionam as decisões financeiras. O balanço patrimonial pessoal permanece um instrumento relevante para o diagnóstico patrimonial e o acompanhamento da evolução financeira dos indivíduos. Entretanto, sua utilização tende a produzir melhores resultados pedagógicos quando acompanhada da explicitação de seus alcances e de suas limitações representacionais.

Como toda pesquisa de natureza teórica, este estudo apresenta limitações: as interpretações desenvolvidas fundamentam-se na literatura analisada e não foram submetidas à validação empírica junto a indivíduos, famílias, educadores financeiros ou profissionais da área contábil; dessa forma, as categorias propostas constituem um modelo analítico cuja utilidade deverá ser examinada em diferentes contextos de aplicação.

Nesse sentido, pesquisas futuras poderão investigar empiricamente como indivíduos interpretam o balanço patrimonial pessoal em processos de educação financeira; analisar de que maneira materiais didáticos, programas educacionais e plataformas digitais incorporam representações patrimoniais; verificar a percepção de educadores financeiros sobre os limites do instrumento; e avaliar se a utilização do balanço favorece, em diferentes contextos, processos de visibilização financeira, de responsabilização financeira ou ambas as dimensões simultaneamente. Estudos comparativos entre diferentes grupos sociais e realidades econômicas também poderão contribuir para aprofundar a compreensão das relações entre planejamento financeiro, educação financeira e desigualdades estruturais.

Conclui-se, por fim, que compreender criticamente o balanço patrimonial pessoal implica reconhecer sua dupla natureza. Ao mesmo tempo em que constitui um instrumento valioso para organizar informações, apoiar decisões e favorecer o planejamento financeiro, ele também participa da construção das formas pelas quais a realidade econômica é percebida e avaliada. Quanto maior for a consciência dessa ambivalência, maior será sua capacidade de

contribuir para uma educação financeira que promova não apenas a organização patrimonial, mas também a reflexão crítica sobre as múltiplas dimensões que condicionam a vida financeira contemporânea.

Mais do que um instrumento de mensuração patrimonial, o balanço patrimonial pessoal constitui uma forma de produzir conhecimento sobre a realidade financeira. Reconhecer simultaneamente seu potencial de visibilização e seus limites interpretativos representa um passo importante para que a educação financeira deixe de formar apenas indivíduos capazes de organizar suas finanças e passe também a formar sujeitos capazes de compreender criticamente os contextos econômicos e sociais que condicionam suas trajetórias patrimoniais.

Ademais, ao propor as categorias de visibilização e de responsabilização financeiras como lentes complementares para a interpretação do balanço patrimonial pessoal, este estudo amplia o debate sobre educação financeira crítica e oferece um modelo analítico aplicável a futuras investigações sobre instrumentos de planejamento financeiro.

6 Referências

Assaf Neto, A. (2012). Finanças corporativas e valor (6. ed.). Atlas.

Brasil. (2010). Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm

Brasil. (2020). Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Dispõe sobre a nova governança da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm

Bufalo, R., & Pinto, A. E. (2023). Educação financeira no ensino superior brasileiro: limites e contradições da Estratégia Nacional de Educação Financeira. Revista Competitividade e Sustentabilidade, 9(2), 60–78.

Cerbasi, G. (2009). Casais inteligentes enriquecem juntos. Sextante.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. (2023). Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). https://www.portaldocomercio.org.br

Cunha, M. A. V. C. (2020). Educação financeira como política pública: racionalidades, disputas e limites. Educação & Sociedade, 41, e022345. https://doi.org/10.1590/es.022345

Gehlen, R. L., Silva, T. R., Costa, L. S., & Moreira, A. F. (2024). Endividamento das famílias brasileiras: uma análise estrutural a partir de variáveis socioeconômicas. Revista de Economia Contemporânea, 28(1), e242811. https://doi.org/10.1590/19805527242811

Grant, M. J., & Booth, A. (2009). A typology of reviews: An analysis of 14 review types and associated methodologies. Health Information & Libraries Journal, 26(2), 91–108. https://doi.org/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x

Hung, A. A., Parker, A. M., & Yoong, J. (2009). Defining and measuring financial literacy (RAND Working Paper WR-708). RAND Corporation. https://www.rand.org/pubs/working_papers/WR708.html

Leite, E. S. (2024). Dinheiro, moralidade e infância: educação financeira e gestão de si. Autêntica.

Leite Filho, G. A. (2024). Determinantes macroeconômicos do endividamento das famílias no Brasil. Revista Brasileira de Economia, 78(2), 215–238. https://doi.org/10.5935/0034-7140.20240010

Lima, N. C., & Brito, S. M. A. (2024). Educação financeira: relevâncias e iniciativas da ENEF. Revista Competitividade e Sustentabilidade (ComSus), 10(2), 82–105. https://doi.org/10.48075/comsus.v10i2.32319

Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2014). The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. Journal of Economic Literature, 52(1), 5–44. https://doi.org/10.1257/jel.52.1.5

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2005). Improving financial literacy: Analysis of issues and policies. OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/9789264012578-en

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2011). High-level principles on national strategies for financial education. OECD Publishing. https://www.oecd.org/finance/financial-education/nationalstrategiesforfinancialeducation.htm

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2017). OECD/INFE international network on financial education: Guidelines for financial education in schools. OECD Publishing. https://www.oecd.org/finance/financial-education/

Roza, L. C., Almeida, P. R., & Santos, D. F. (2024). Endividamento, bem-estar financeiro e saúde mental: evidências no contexto brasileiro. Revista de Administração Pública, 58(1), 97–120. https://doi.org/10.1590/0034-761220230145

Santos, R. F., & Mourad, L. A. (2024). Educação financeira e letramento crítico: desafios para a formação cidadã. Caderno Pedagógico, 22(9), 1–16. https://doi.org/10.54033/cadpedv22n9-353

Vitt, L. A., Reichbach, G. M., Kent, J., Siegenthaler, J., Ward, J., & Siegenthaler, J. K. (2004). Personal finance and the rush to competence: Financial literacy education in the U.S. Institute for Socio-Financial Studies.